



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Voto de protesto e repúdio n.º 155/XIII-2ª

Pelas recorrentes intromissões e pressões externas sobre Portugal e o povo português

Na sequência das eleições legislativas de 4 de Outubro de 2015 e da nova fase na vida política nacional e o que estas proporcionaram, Portugal tem vindo a sofrer de uma forma mais recorrente inaceitáveis intromissões, pressões e ameaças, seja por parte de representantes de instituições da União Europeia, de governos de alguns países que nela participam, de grupos financeiros especulativos – de que são exemplo, as recentes declarações do Ministro das Finanças alemão.

Intromissões, pressões e ameaças unidas no propósito da imposição da continuação da política de agravamento da exploração e empobrecimento, da concentração da riqueza e de submissão do País a interesses externos, nomeadamente no quadro do Euro e da União Europeia.

A rejeição desse rumo de declínio, de dependência e a exigência da sua reversão por parte do povo português tem encontrado expressão nas medidas de reposição de direitos e rendimentos, um caminho que é urgente e necessário prosseguir e aprofundar. É precisamente esta opção soberana do País e do povo português que as ingerências externas desrespeitam e pretendem contrariar.

As intromissões e ameaças externas visam assim condicionar as opções políticas que só a Portugal e aos seus órgãos de soberania, que só ao povo português, cabe tomar, colocando a todos os patriotas e democratas a exigência da sua clara e firme rejeição, assim como dos mecanismos de constrangimento e condicionamento que lhe estão associados no quadro do Euro e da União Europeia.

Assim, a Assembleia da República,

- Expressa o seu protesto e repúdio pelas intromissões, pressões e ameaças, de que as declarações do ministro das finanças alemão são um exemplo que visam condicionar decisões que só ao povo português e aos órgãos de soberania nacional cabem tomar;

- Considera que a recusa das ameaças e das pressões sobre Portugal deve ser acompanhada da rejeição dos mecanismos que lhe estão associados, nomeadamente o Tratado Orçamental, a Governação Económica e o processo do semestre europeu, no quadro do euro e da União Europeia.

Assembleia da República, 3 de novembro de 2016

Os Deputados,

JOÃO OLIVEIRA; CARLA CRUZ; ANTÓNIO FILIPE; PAULA SANTOS; BRUNO DIAS; PAULO SÁ; JORGE MACHADO; FRANCISCO LOPES; JOÃO RAMOS; ANA MESQUITA; ANA VIRGÍNIA; MIGUEL TIAGO; RITA RATO; DIANA FERREIRA